



**PREJULGADO DE TESE Nº 010, 12 de abril de 2016.**

**RESOLUÇÃO Nº 12.312**

**Processo nº 201509075-00**

**EMENTA:** CONSULTA. PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE ITAITUBA. TRANSPOSIÇÃO DO ANUÊNIO PARA O NOVO CARGO. POSSIBILIDADE. TRANSPOSIÇÃO DO ANUÊNCIO PARA O NOVO CARGO ACUMULÁVEL COM O OUTRO CARGO. IMPOSSIBILIDADE. DUPLICIDADE.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos que tratam de **CONSULTA** formulada em tese, e respondida nos termos do **artigo 1º, inciso XVI, da LC nº 084/2012 c/c §2º, do art. 300, do RITCM-PA**, acordam os Conselheiros do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, **à unanimidade**, em **aprovar** a resposta à **CONSULTA**, nos termos da Ata da Sessão, Relatório, Voto e Resolução do Conselheiro Relator, às **fls. 19-22** dos autos, que passam a integrar esta decisão. Por força do previsto no Art. 302, do RI/TCM/PA a presente decisão constitui-se PREJULGADO DE TESE.

Sala das Sessões do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, **12 de abril de 2016.**

Conselheiro Corregedor **Daniel Lavareda**  
Presidente da Sessão

Conselheiro Presidente **Cezar Colares**  
Relator

**Presentes:** Conselheiros, Aloísio Chaves, Mara Lúcia, Antônio José Guimarães; e a Procuradora do Ministério Público de Contas dos Municípios do Estado do Pará, Maria Inez Gueiros.



Publicado no D.O.E. Nº 33145  
de 10.09.16, a p. 91  
do \_\_\_\_\_ Gabinete:



**ESTADO DO PARÁ**  
**TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS**

**RESOLUÇÃO Nº 12.312**

**Processo n.º: 201509075-00**

**Assunto:** Consulta

**Órgão:** Procuradoria Geral do Município de Itaituba


**Interessado:** José Ricardo Moraes da Silva

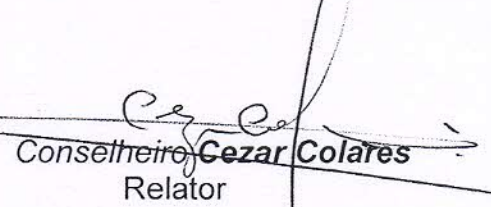
**Relator:** Conselheiro Cezar Colares

**EMENTA:** Consulta. Procuradoria Geral do Município de Itaituba. Transposição do anuênio para o novo cargo. POSSIBILIDADE. Transposição do anuênio para o novo cargo acumulável com o outro cargo. IMPOSSIBILIDADE. DUPLICIDADE.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos que tratam de **CONSULTA**, formulada em tese, e respondida nos termos do **artigo 1º, inciso XVI, da LC n.º 084/2012**, **resolvem os Conselheiros do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará**, por unanimidade, em **aprovar** a resposta à **CONSULTA**, nos termos da Ata da Sessão e do Relatório e Voto do Conselheiro Relator, às **fls. 19/21**, que passam a integrar esta decisão.

Sala das Sessões do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, em 12 de abril de 2016

  
Conselheiro **Daniel Lavareda**  
Presidente da Sessão

  
Conselheiro **Cezar Colares**  
Relator

**Presentes:** Conselheiros Aloísio Chaves; Mara Lúcia; Antônio José Guimarães e Procuradora Maria Inez Gueiros



ESTADO DO PARÁ  
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS  
GABINETE DO CONSELHEIRO CEZAR COLARES  
Processo nº 201509075-00

PROCESSO Nº 201509075-00  
MUNICÍPIO: ITAITUBA  
ÓRGÃO: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO  
INTERESSADO: JOSÉ RICARDO MORAES DA SILVA  
CONSULTA: INCORPORAÇÃO DE ANUÊNIO  
RELATOR: CONSELHEIRO CEZAR COLARES

RELATÓRIO

Trata o presente processo de consulta formulada pelo Procurador Geral do Município de Itaituba, Dr. José Ricardo Moraes da Silva, sobre o seguinte:

*"O Regime Jurídico Único do Município de Itaituba, no art. 86, dispõe: O adicional por tempo de serviço é devido na razão de 1% (um por cento) por ano de serviço público efetivo, incidente sobre o vencimento de que trata o art. 40. **Parágrafo único.** O servidor fará jus ao adicional a partir do mês em que completar o anuênio. **Art. 55** Vencimento é a retribuição pecuniária pelo exercício de cargo público, com valor fixado em lei".*

*Com a realização de concurso público, existem duas situações fáticas referentes à incidência de anuênio: 1 – Servidor exonerou do antigo cargo na administração municipal e tomou posse em novo cargo no município; 2 – Servidor tomou posse no novo cargo, mantendo o antigo, visto ser acumulável e haver compatibilidade de horários. Desta forma, indaga-se a este Tribunal: a) É possível a transposição do anuênio para o novo cargo, nas duas situações?"*

Os autos foram encaminhados à minha Relatoria, nos termos do vigente Regimento Interno (art. 300, caput - Ato n.º 16/2013), para exame de admissibilidade e demais providências de instrução.

É o relatório.



ESTADO DO PARÁ  
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS  
GABINETE DO CONSELHEIRO CEZAR COLARES  
Processo nº 201512130-00



### DA ADMISSIBILIDADE

A consulta vem formulada por autoridade competente, em tese, com apresentação objetiva dos quesitos e da dúvida quanto à interpretação e aplicação de dispositivos legais, além de se tratar de matéria afeta à competência desta Corte de Contas, preenchendo, com isto os requisitos de admissibilidade previstos nos incisos do art. 298<sup>1</sup>, do Regimento Interno. Ademais, possui conteúdo de relevante interesse público, para ensejar o permissivo do § 2º, do art. 300<sup>2</sup>, do mesmo diploma legal.

### DO MÉRITO

Verifica-se que o consulente solicita desta eg. Corte, consultoria jurídica acerca do procedimento a ser adotado em relação ao acúmulo de gratificação por servidor aprovado em concurso público a fim de efetivar o pagamento de vantagens afetadas à área de pessoal, bem como a indagação formulada solicita solução de questão fática relativa ao procedimento a ser adotado pela autoridade pública para a prática administrativa de sua competência, que requer assessoria jurídica própria ao órgão municipal.

Contudo, considerando a função pedagógica deste Tribunal, faremos breve citação sobre a matéria que trata a presente consulta.

A acumulação de cargos é matéria tratada na Constituição Brasileira que por sua vez fundamentará a solução da presente consulta. O art. 37, XVI, da Carta Brasileira prevê **como exceção**, desde que **haja a compatibilidade de horários**, as seguintes situações: **a) a de dois cargos de professor; b) a de um cargo de professor com outro, técnico ou científico; c) a de dois cargos ou empregos privativos de profissionais de saúde, com profissões regulamentadas.**

**1 Art. 298.** O Tribunal responderá sobre matéria de sua competência às consultas que lhe forem formuladas, conforme o disposto no art. 1.º, XVI, da Lei Complementar n.º 84, devendo atender, cumulativamente, aos seguintes requisitos: (...) II - ser formulada em tese;

**2 Art. 300.** As consultas, após protocoladas, serão encaminhadas ao Conselheiro Relator, observada a prevenção, nos termos da distribuição bial, para exame de admissibilidade e regular processamento. (...) § 2.º Havendo relevante interesse público, devidamente fundamentado, a consulta que versar sobre caso concreto poderá ser conhecida, a critério do Conselheiro Relator, caso em que será respondida com a observação de que a deliberação não constitui prejulgado do fato ou caso concreto



**ESTADO DO PARÁ**  
**TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS**  
**GABINETE DO CONSELHEIRO CEZAR COLARES**  
**Processo nº 201512130-00**

Quanto ao acúmulo de adicional de tempo de serviço, objeto de fundo da presente consulta, aplicaremos a norma constitucional à situação apresentada; temos a esclarecer o seguinte:

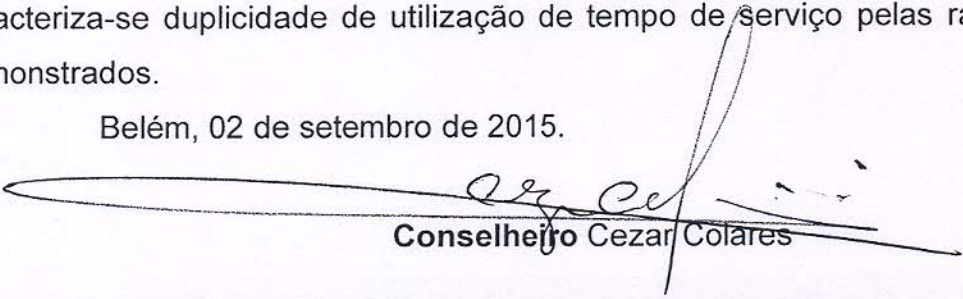
1) *o Servidor exonerou do antigo cargo na administração municipal e tomou posse em novo cargo no município*; nesta situação o servidor levará para o novo cargo o tempo de serviço prestado para a administração pública, e na forma do art. 86 do Regime Jurídico Único do Município de Itaituba acima transcrito, terá o direito a percepção do referido adicional de tempo de serviço.

2) *o servidor tomou posse no novo cargo, mantendo o antigo, visto ser acumulável e haver compatibilidade de horários*; nesta situação quanto à **acumulação de cargos** não há nenhum impedimento. **Quanto ao pagamento de anuênio, apresenta-se uma impossibilidade.** Na segunda hipótese, ao assumir o novo cargo não poderá o servidor levar o tempo de serviço adquirido no primeiro cargo, pois, configuraria a utilização do tempo de serviço em duplicidade; no novo cargo público, o servidor iniciará uma nova vida (atividade) na administração pública, assim, terá um novo tempo de serviço a ser computado inerente a nova atribuição assumida, e por conseguinte ao cumprir os requisitos do art. 86 do RJU do Município de Itaituba, terá direito ao respectivo anuênio, pois, são cargos específicos, em perfeita compatibilidade com a norma constitucional acima mencionada.

**CONCLUSÃO**

Diante do exposto, e respondendo objetivamente o solicitado, a transposição do anuênio somente se aplica na primeira situação aventada, já que na segunda hipótese, caracteriza-se duplicidade de utilização de tempo de serviço pelas razões e motivos já demonstrados.

Belém, 02 de setembro de 2015.

  
**Conselheiro Cezar Colares**